

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.986 - SP (2019/0238042-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**
ADVOGADOS : **MARIA LUCÍLIA GOMES - SP084206**
 AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - SP107414
AGRAVADO : **JOAO PAULO FURTADO**
ADVOGADO : **BRUNO HENRIQUE BELOTTI SCRIBONI - SP356316**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 359/361).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo do recorrido, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 297):

CONSÓRCIO

- Propaganda enganosa - Violação da boa-fé contratual - Abusividade reconhecida - Devolução imediata dos valores pagos - Cabimento - Dedução de taxa de administração, entre outros - Não Cabimento - Resolução do contrato por culpa exclusiva da ré - Ocorrência:

- É cabível a restituição integral das parcelas quitadas pelo autor, sem dedução de quaisquer valores referentes à taxa de administração, entre outros, se houve resolução do contrato por culpa exclusiva da ré, em razão de violação de boa-fé contratual, havendo manifesta abusividade.

DANO MORAL

- Consórcio - Reconhecida a abusividade - Rescisão contratual - Dor, vexame e constrangimento - Não ocorrência - Indenização - Não cabimento - Mero aborrecimento:

- A hipótese na qual foi reconhecida a abusividade do contrato de consórcio, decretada a rescisão contratual, não caracteriza abalo emocional, nem vexame, e, portanto, não autoriza a fixação de indenização por danos morais em favor do consumidor, enquadrando-se, na maioria das vezes, no conceito de mero aborrecimento.

RECURSO PROVIDO EM PARTE.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 349/354).

No recurso especial (e-STJ fls. 311/327), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou ofensa aos arts. 5º, § 3º, 15 e 27 da Lei n. 11.795/2008, sustentando a legalidade da cobrança da taxa de administração.

Alegou, nesse contexto, que a Lei n. 11.795/2008 prevê que a administradora tem direito à taxa de administração, a título de remuneração por formação, organização e administração do grupo do consórcio até seu encerramento.

Suscitou violação do art. 85 do CPC/2015, requerendo a redução do percentual fixado a título de honorários de sucumbência.

Não se ofereceram contrarrazões.

No agravo (e-STJ fls. 364/373), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Não foi apresentada contraminuta.

É o relatório.

Decido.

A Corte local não se manifestou quanto aos arts. 15 e 27 da Lei n. 11.795/2008. Dessa forma, sem ter sido objeto de debate na decisão recorrida, os referidos artigos carecem de prequestionamento e sofrem, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

O Tribunal *a quo* assim fundamentou sua decisão quanto à tese de inobservância do art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.795/2008 (e-STJ fls. 351/352):

Não se desconhece a legalidade da cobrança de taxa de administração nos contratos de consórcio. Ocorre que, no particular, restou demonstrada que a rescisão do contrato se deu em função da abusividade e a má-fé da embargante, tendo dado causa a ela.

E conforme restou consignado na decisão, não se trata de hipótese de desistência ou exclusão do consorciado por inadimplência, em que a cobrança da taxa seria lícita, motivo pelo qual, era mesmo de rigor a determinação de que o embargado a restituísse imediatamente, e de forma integral, sem imposição de descontos de qualquer ordem.

A instância de origem, soberana na análise das circunstâncias fáticas, entendeu que é cabível a restituição integral das parcelas quitadas do consórcio, sem dedução, no entanto, de quaisquer valores referentes à taxa de administração, uma vez que a resolução do contrato se deu por culpa exclusiva da recorrente, em razão da violação da boa-fé contratual. Portanto, modificar tal entendimento demandaria reexame do contexto fático-probatório dos autos, bem como de cláusulas contratuais, providências vedadas no recurso especial pelo óbice das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

No que diz respeito aos honorários advocatícios, conforme entendimento pacífico do STJ, a modificação do valor é admitida, em recurso especial, apenas quando excessivo ou irrisório o montante fixado, violando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. GRADAÇÃO. VALOR DA CONDENAÇÃO. REDIMENSIONAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

3. Não é possível defender que os honorários sucumbenciais reflitam percentual incidente sobre o valor da causa, tendo em vista que a natureza jurídica da presente demanda é constitutiva-condenatória. Isso porque houve a constituição de novo valor do aluguel locatício (efeito constitutivo), com a consequente determinação de pagamento (efeito condenatório).

4. O CPC de 2015 estabeleceu, no art. 85, uma gradação ao referenciar os honorários advocatícios, ao asseverar, no parágrafo § 2º, que serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou do valor atualizado da causa. Importa dizer que, diante da existência da natureza condenatória do comando eficaz da sentença, deve ser verificado, em primeiro lugar, o valor da condenação; em segundo lugar, o proveito econômico; e, por fim, o valor da causa, isto é, quando não for possível aferir o valor da condenação ou do proveito econômico, para efeito de verificação da base de cálculo dos honorários sucumbenciais.

5. Como, no caso concreto, houve específica condenação, não há que se falar no valor

da causa para observar a incidência dos honorários de sucumbência.

6. Além disso, é relevante ressaltar que a análise do redimensionamento dos ônus sucumbenciais demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório constante nos autos, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, situação que encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1386677/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/9/2019, DJe 30/9/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DUPLICATA. PROTESTO INDEVIDO. 1. NEGLIGÊNCIA CONFIGURADA. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. ENDOSSATÁRIO RESPONDE SOLIDARIAMENTE PELOS DANOS CAUSADOS PELO PROTESTO DO TÍTULO NA HIPÓTESE DE NEGLIGÊNCIA. PRECEDENTES. 3. VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS E A REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS SÚMULA N. 7 DO STJ. 4. ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 5. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Só responde por danos materiais e morais o endossatário que recebe título de crédito por endosso-mandato e o leva a protesto se extrapola os poderes de mandatário ou em razão de ato culposo próprio, como no caso de apontamento depois da ciência acerca do pagamento anterior ou da falta de higidez da cártula" (REsp 1.063.474/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 28/09/2011, DJe 17/11/2011).

2. O Tribunal a quo asseverou ter a empresa de factoring, mediante endosso-mandato, procedido de forma negligente ao levar a protesto duplicata sem aceite e sem o comprovante de entrega das mercadorias. O acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame de fatos e provas, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

3. Rever o valor fixado a título de danos morais e a distribuição dos ônus sucumbenciais realizada pelas instâncias ordinárias envolve análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, atraindo o mesmo óbice sumular, ou seja, a Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AgRg no AREsp 854.371/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 30/8/2016.)

No caso dos autos, a quantia estabelecida pelas instâncias de origem não enseja a intervenção do STJ.

Por fim, o conhecimento de recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, demonstração do dissídio, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973 (CPC/2015, art. 1.029, § 1º).

A recorrente não se desincumbiu de tais ônus, porque se limitou a transcrever ementas de julgados. Assim, é inviável conhecer da divergência jurisprudencial apontada. A propósito: AgInt no REsp n. 1.602.814/SC (Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 31/5/2017).

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo em recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator